



RELATÓRIO DE INCIDENTES PROCESSUAIS E PROCESSOS DA MASSA FALIDA

ajbadmjudicial@gmail.com | Rua Leonardo da Vinci, 344, Londrina/PR | www.ajbjud.com.br



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYTE YVL4H 6DFTL GHNA3



I. INTRODUÇÃO

O Anexo IV da Recomendação nº 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça disponibiliza um modelo-padrão de elaboração de relatórios de incidentes processuais e de processos em que a massa falida seja parte, de modo que esta administração judicial esclarece e informa que o relatório subsequente foi produzido e elaborado em conformidade com o supramencionado anexo.

Por sua vez, em relação aos processos em que a massa falida é parte, esclarece-se que igualmente se mencionou os processos em que a falida (*pessoa física*) seja parte, tendo-se em vista que os seus bens igualmente se encontram submetidos ao Juízo Falimentar (TJ-PR 00212608520188160001 Curitiba, Relator.: Shiroshi Yendo, Data de Julgamento: 17/06/2023, 15ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/06/2023).

Ressalte-se, ademais, que as informações adiante relatadas foram atualizadas até a data de elaboração do presente relatório, sem prejuízo de eventual menção a alterações supervenientes em relatórios subsequentes, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o que mais se fizer necessário.

AJB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, PERÍCIA E MEDIAÇÃO.

CNPJ nº 60.977.908/0001-81

Adriano Henrique Baptista

OAB/PR 127.700

Juarez Arnaldo Fernandes

CRC 081633/0-3



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYTE YVL4H 6DFTL GHNA3



RELATÓRIO DOS PROCESSOS INCIDENTES

Em conformidade com o Anexo IV da Recomendação nº 72/2020 do CNJ

Data da distribuição	Número do incidente	Credor				Recuperanda		Administrador Judicial		Ministério Público	Juízo			Observações
		Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Crédito apontado	Resumo manifestação	Crédito apontado	Resumo manifestação	Crédito apontado	Resumo manifestação	Resumo parecer	Sentenciado?	Fls. da sentença	Arquivado?	
19/09/2013	0003304-61.2013.8.16.0153	Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	R\$ 109.011,79	Exclusão da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. do Quadro Geral de Credores e retificação do crédito do Banco Bradesco S.A.	R\$ 109.011,79	Concordância com a divergência apresentada	R\$ 109.011,79	Concordância com a divergência apresentada	Favorável à homologação do pedido de retificação do crédito	Sim	Mov. 51	Sim	
18/09/2013	0003314-08.2013.8.16.0153	Litoral Comércio Exterior Ltda.	05.231.614/0001-06	R\$ 14.960,02	Habilitação de Crédito	R\$ 14.960,02	Discordância, tendo em vista já ter sido arrolado o crédito no Quadro Geral de Credores	R\$ 14.960,02	Discordância, tendo em vista já ter sido arrolado o crédito no Quadro Geral de Credores	Ausência de previsão de intervenção do <i>Parquet</i>	Sim	Mov. 67	Sim	
14/11/2024	0004983-62.2014.8.16.0153	HSBC Bank Brasil S.A.	01.701.201/0001-89	R\$ 6.817,95	Habilitação de Crédito	R\$ 6.817,95	Concordância com a habilitação de crédito	R\$ 6.817,95	Concordância com a habilitação de crédito	Favorável à habilitação do crédito	Sim	Mov. 36	Sim	





II. DOS AUTOS INCIDENTAIS Nº 0065992-68.2025.8.16.0014

Prestação de Contas

Sobre os autos nº 0065992-68.2025.8.16.0014, destinados a se obter a prestação de contas do administrador judicial renunciante, o item 2.2 da decisão proferida ao mov. 526 dos autos principais (nº 0001017-28.2013.8.16.0153) conta com a seguinte redação:

Tenho, porém, que a severa sanção cominada pela legislação não pode ser aplicada sem prévia oitiva do Administrador Judicial renunciante. E, embora a Lei nº 11.101/2005 se limite à Falência (art. 22, inciso III, “r”), tenho que compete ao Administrador Judicial renunciante proceder a devida “prestação de contas”, dando “ciência a todos os interessados do que já foi realizado” (Marlon Tomazette Curso de Direito Empresarial, Vol. 3, SaraivaJur, 13ª ed. 2025, in p. 150).

Ainda no que pertine à remuneração, vê-se dos autos que os honorários do Sr. Administrador Judicial foram homologados em R\$ 24.000,00, com pagamento em 12 parcelas de R\$ 2.000,00, com depósito na conta “nº 09615-0, do Banco Itaú S/A, agência nº 3711, juntando o comprovante mensalmente nos autos” (seq. 34).

Não se vislumbra, contudo e ressalvado melhor juízo, a comprovação de que qualquer depósito tenha sido efetuado a título de honorários.

E mais.

Em revista dos autos, não se percebe tenha sido cumprido pelo Sr. Administrador Judicial renunciante a obrigação prevista no art. 22, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 11.101/05, o que deverá ser devidamente retificado. Caso os relatórios já tenham sido acostados aos autos, deverá o Sr. Administrador Judicial renunciante indicar os respectivos movimentos ou o número dos autos em que foram juntados.

O Dr. Carlos Alberto da Silva Júnior, administrador judicial renunciante, ao mov. 9 daqueles autos, apresentou o denominado relatório e prestação de contas, estando pendente a apreciação da peça e seus documentos por este d. Juízo.





RELATÓRIO DE PROCESSOS DA MASSA FALIDA

Em conformidade com o Anexo IV da Recomendação nº 72/2020 do CNJ

Data da distribuição	Número do Processo	Classe processual	Polo ativo		Polo Passivo	Andamento processual
			Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Nome/Razão social	
03/12/2012	0003304-61.2013.8.16.0153	Execução de título extrajudicial	Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Aline Ribeiro Gonçalves de Lima (<i>pessoa física</i>)	Busca de bens para satisfação da execução

Em consultas realizadas aos sítios eletrônicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, locais em que a falida possuía sede (*pessoa jurídica*) e residência (*pessoa física*), constatou-se a existência de um único processo ativo de execução de título extrajudicial, conforme mencionado na tabela acima.

Era o que tinha a relatar, de modo que esta administração judicial se coloca à disposição para o que for preciso.

Londrina, 14 de outubro de 2025.

AJB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, PERÍCIA E MEDIAÇÃO.

CNPJ nº 60.977.908/0001-81

